

VENEZUELANOS NO BRASIL: INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E ACESSO A REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

O Brasil é o quinto maior anfitrião de venezuelanos deslocados, abrigando, até dezembro de 2019, mais de 260.000 refugiados, solicitantes de asilo e migrantes temporários (R4V, 2020).¹ A maior parte deles chegou no país através do estado de Roraima, a principal porta de entrada da Venezuela no Brasil. O Governo Federal, com o apoio do ACNUR, de outras agências da ONU² e de mais de 100 organizações da sociedade civil, presta assistência humanitária por meio da Operação Acolhida. Iniciada em abril de 2018, a operação possui três eixos programáticos: ordenamento de fronteira; acolhimento; e "interiorização", que envolve a realocação voluntária de venezuelanos de Roraima para outras cidades para melhores perspectivas econômicas.

Para monitorar as suas ações, a Operação Acolhida produz informações sobre os seus três eixos programáticos. O ordenamento de fronteira possui dados sobre a assistência prestada, como número de atendimentos de regularização, assistência social prestada e emissão de documento de identificação nacional (CPF) e carteiras de trabalho. Para o acolhimento, são oferecidas condições de abrigo com alimentação, kits de higiene, atividades como aulas de português, atendimento básico em saúde e comunicação com familiares. E na estratégia de interiorização, podem participar das ações de realocação apenas os venezuelanos regularizados, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado. Todas essas informações são usadas para coordenar a assistência humanitária e de desenvolvimento, bem como as atividades do setor privado e sociedade civil que apoiam a Operação Acolhida na integração local dos venezuelanos.

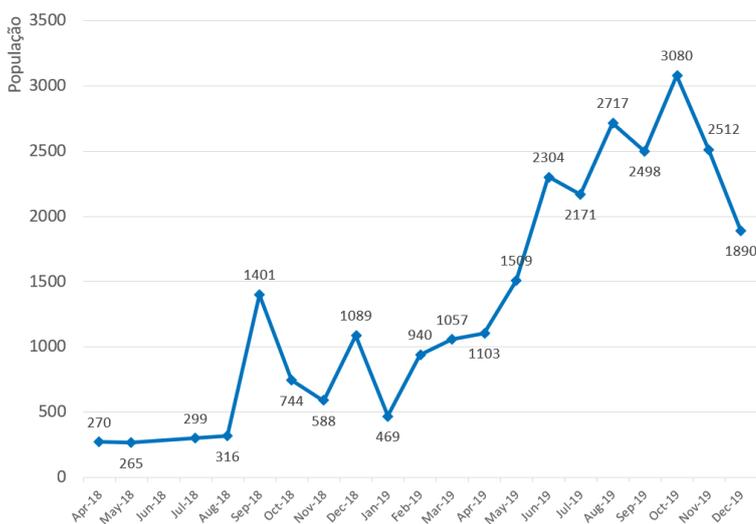
Os dois primeiros elementos da Operação Acolhida não serão aprofundados neste documento que se concentra na compreensão de como o terceiro ramo da estratégia – interiorização – tem contribuído para ampliar o acesso ao mercado de trabalho e à rede de proteção social aos venezuelanos que optaram por ser realocados do estado de Roraima, para outras unidades da federação, entre abril de 2018 e dezembro de 2019. O arcabouço legal brasileiro permite aos venezuelanos, independentemente de seu status migratório, trabalhar e acessar os serviços de educação e assistência social e este documento usa os registros administrativos do governo para monitorar a inclusão da população venezuelana realocada no mercado de trabalho, educação regular e assistência social no país.

ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO

Mais de 27.000 venezuelanos foram realocados voluntariamente desde o início do programa, em abril de 2018, até dezembro de 2019. As realocações aumentaram ao longo do tempo e o programa está a caminho de atingir a meta de 3.000 realocações mensais, em média, para o ano de 2020 (Figura 1). O programa possui quatro modalidades de realocação voluntária: (i) saída de abrigos no estado de Roraima para abrigos³ em uma das cidades de destino (30%); (ii) reagrupamento familiar (20%); (iii) reunião social (41%); e (iv) com uma vaga de emprego garantida (9%).

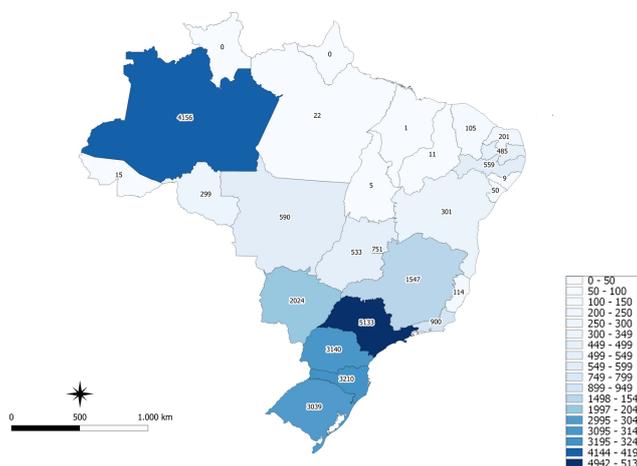
Os venezuelanos foram realocados em todo o país para mais de 450 municípios em 25 das 27 unidades federais do Brasil. A maioria das realocações está agrupada em cinco estados: São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Combinados, esses estados estão hospedando mais de 70% da população total realocada (Figura 2).

Figura 1: Total de venezuelanos realocados pela Estratégia de Interiorização por mês



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania.

Figura 2: Total de venezuelanos realocados pela Estratégia de Interiorização por local de destino, em dezembro de 2019



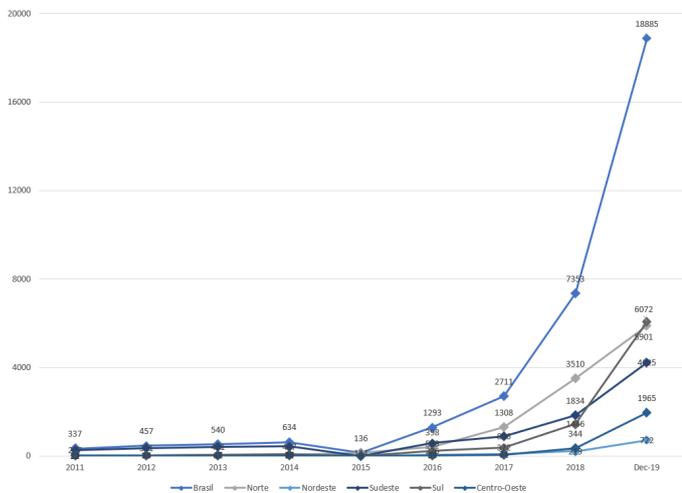
Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania.

INTEGRAÇÃO VIA MERCADO DE TRABALHO

O número de venezuelanos migrantes e refugiados acessando o mercado de trabalho formal brasileiro vem crescendo desde o início da estratégia de interiorização, principalmente nas regiões norte, sul e sudeste do país (Figura 3).

Cerca de 72% dos venezuelanos no Brasil, aproximadamente 185.000 deles, têm entre 18 e 64 anos, de acordo com registros da polícia federal. Desses, 10% (18.855 indivíduos) estavam empregados formalmente em dezembro de 2019. Comparativamente, 34% da população adulta no Brasil trabalha no setor formal.

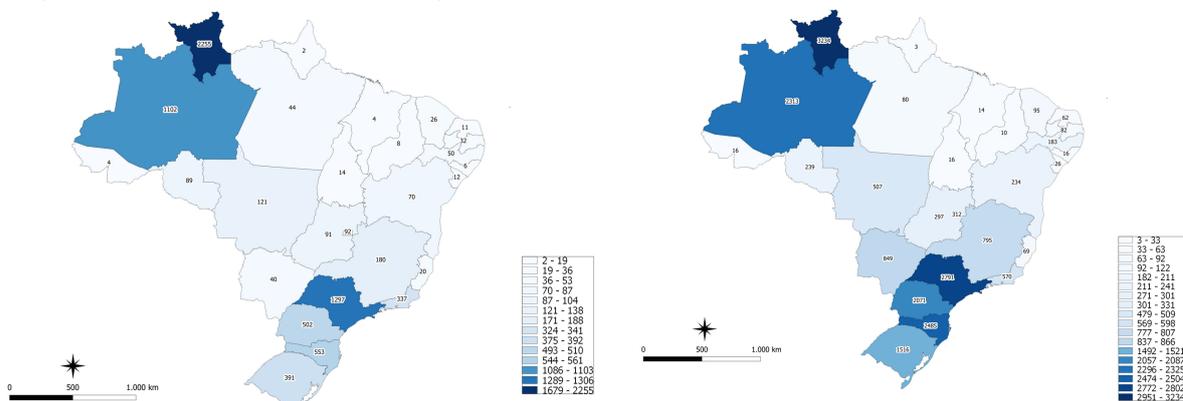
Figura 3: Total de venezuelanos no mercado de trabalho formal por região



Fonte: RAIS (dados anuais, 2019), OBMIgra / CAGED (estimativas mensais, 2020).

A dispersão geográfica dos venezuelanos empregados formalmente evoluiu significativamente entre 2018 e 2019. Isso ocorreu devido à estratégia de interiorização e também à gravitação natural em direção aos centros com maiores oportunidades econômicas. Em 2018, a maior quantidade de venezuelanos empregados formalmente era vista no estado de Roraima, seguida por Manaus e São Paulo. No final de 2019, essa tendência se afastou de Roraima em favor de Manaus e outros estados do sul e centro-oeste do país (Figura 4). Os venezuelanos estão trabalhando principalmente em serviços como restaurantes, cafeterias e lanchonetes, além do comércio varejista e de alguns setores industriais e agroindustriais, como construção e acondicionamento de carnes.

Figura 4: Estoque de venezuelanos empregados no setor formal, 2018 (esquerda) e saldo para o ano de 2019 (direita)

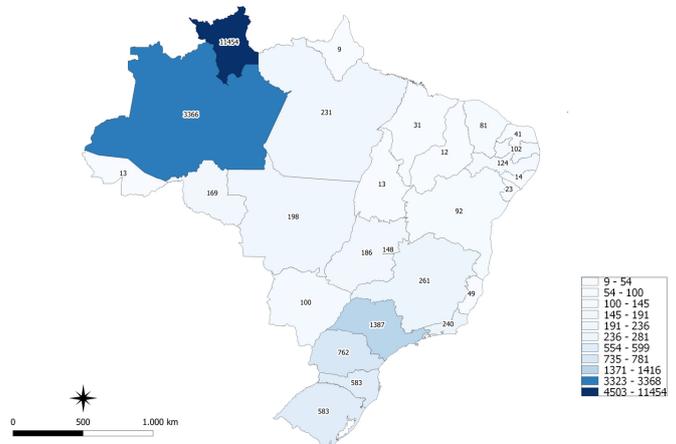


Fonte: RAIS (2018), OBMIgra/CAGED (2020)

ACESSO A EDUCAÇÃO

Com o passar do tempo, mais venezuelanos têm frequentado as escolas primárias e secundárias brasileiras, com mais de 20.000 alunos matriculados no final de 2019. No entanto, isso representa um número ainda baixo, especialmente em áreas fora da região norte (Figura 5). As matrículas estão concentradas mais próximas a região da fronteira com a Venezuela, nos estados de Roraima e Amazonas, que somados a São Paulo, na região sudeste do país, respondem por 80% do número total de venezuelanos matriculados nas escolas. Todavia, isso ainda representa uma taxa estimada de matrículas nas escolas muito baixa, conforme detalhado abaixo.

Figura 5: Total de venezuelanos matriculados nas escolas primária e secundária, em dezembro de 2019

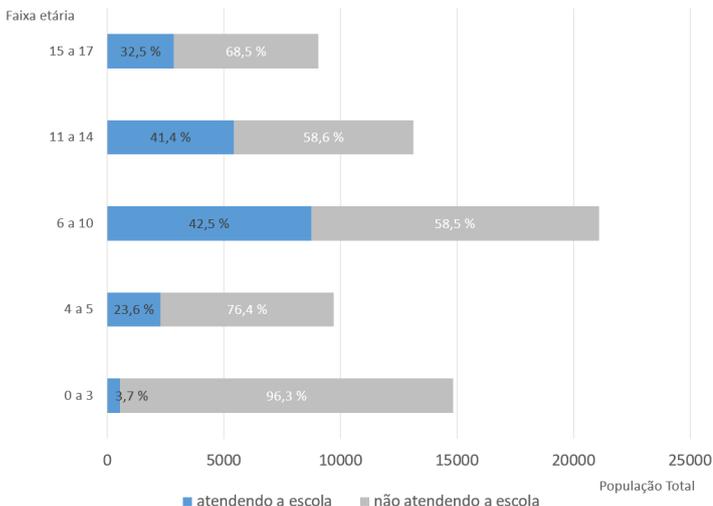


Fonte: elaboração própria, com dados do Censo Escolar 2019.

A combinação de dois conjuntos de dados - registros de frequência do censo escolar e registros da polícia federal para o saldo de refugiados e migrantes venezuelanos no país - mostra que 70%, ou 46.500 venezuelanos em idade escolar (1-17 anos), não frequentam as escolas no país. Entre crianças de 6 a 14 anos, a taxa de não atendimento é de 58%, enquanto que, entre as crianças entre 15 e 17 anos,⁴ a taxa de não atendimento é de cerca de 69% (Figura 6 na próxima página).

Em comparação, as taxas de não atendimento a uma escola para estudantes brasileiros, embora não sejam insignificantes, são bastante inferiores, 12% para crianças entre 15 e 17 anos de idade, enquanto que há uma frequência quase universal em escolas primárias e secundárias entre crianças de 6 a 14 anos.

Figura 6: Percentual de venezuelanos matriculados na escola, por idade (janeiro de 2020)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação e Polícia Federal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, por meio de suplemento de renda quando cumprem algumas metas em saúde e educação. O Ministério da Cidadania determina a elegibilidade das famílias usando o Cadastro Único, um registro que desde 2003 é o registro central do país para identificar e incluir populações pobres em programas federais. O uso de um registro unificado permite a validação de dados e a verificação cruzada nos municípios. O Bolsa Família beneficia milhões de famílias desfavorecidas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, com impactos positivos na economia em geral. Uma recente avaliação de impacto constatou que essas transferências de renda são responsáveis por reduzir a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%, e ainda contribuem com resultados positivos na frequência e desempenho escolar (ENAP, 2018).

A gestão do Bolsa Família é descentralizada, com o governo federal, estados e municípios desempenhando papéis para a sua implementação. No nível federal, o Ministério da Cidadania é o principal órgão implementador, enquanto a Caixa Econômica Federal, um banco estatal, é responsável pela entrega dos pagamentos.

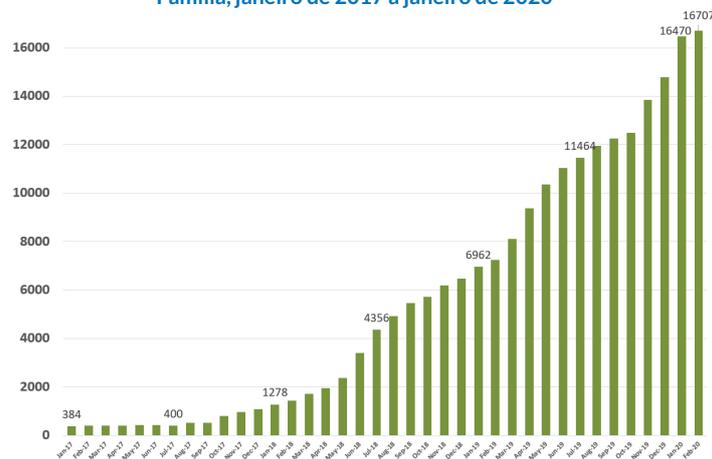
Os benefícios são dados em função da composição e renda da família. Um pacote de benefícios básicos pago a uma família extremamente pobre é igual a R\$ 89,0 (US\$ 18) por pessoa, por mês. Benefícios variáveis são de R\$ 41,0 (US\$ 8,20) e estão disponíveis para famílias com bebês entre 0 e 6 meses de idade, crianças menores de 15 anos e mulheres grávidas. Esses benefícios dependem do cumprimento de certas metas relacionadas à frequência escolar mínima e ao uso dos serviços de saúde para gestantes. O pagamento médio mensal equivale a cerca de R\$ 170,0 (US\$ 34) por família.

Os venezuelanos, independentemente de seu status migratório, podem se inscrever no Bolsa Família desde que cumpram os seus critérios de elegibilidade. No entanto, a solicitação não garante o acesso aos benefícios, pois cada município opera sob uma cota de famílias participantes. Uma vez atingido o limite, os benefícios não podem ser estendidos a famílias adicionais, mesmo as extremamente vulneráveis.

Em fevereiro de 2020, 13,5 milhões de famílias, alcançando 44,5 milhões de pessoas - aproximadamente 21% da população total do Brasil - foram beneficiadas pelo Bolsa Família. O valor total desembolsado é de aproximadamente R\$ 30,6 bilhões (US\$ 6,1 bilhões) por ano, equivalente a 0,45% do PIB nacional.

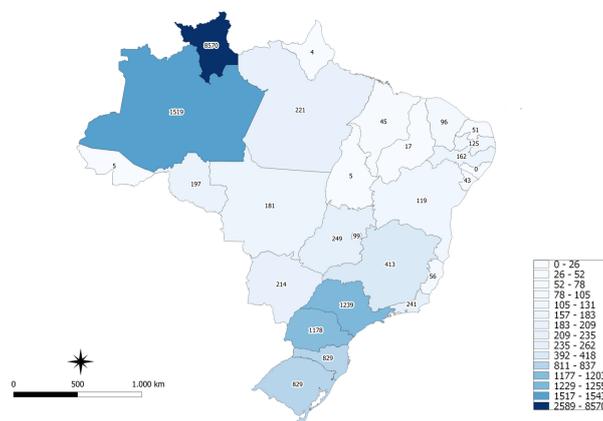
Entre as famílias beneficiárias, 7.178 incluíram pelo menos um cidadão venezuelano. Ao todo, **16.707 venezuelanos, representando 6,5% de todos os venezuelanos no país, eram beneficiários do Bolsa Família.** Esse número tem aumentado consistentemente desde o início do fluxo venezuelano em janeiro de 2017 (Figura 7). A maioria dos beneficiários venezuelanos, mais de 60% deles, vive nos estados de Roraima e Amazonas. Outros 25% vivem em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no sul (Figura 8).

Figura 7: Total de venezuelanos beneficiários do Programa Bolsa Família, janeiro de 2017 a janeiro de 2020



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania.

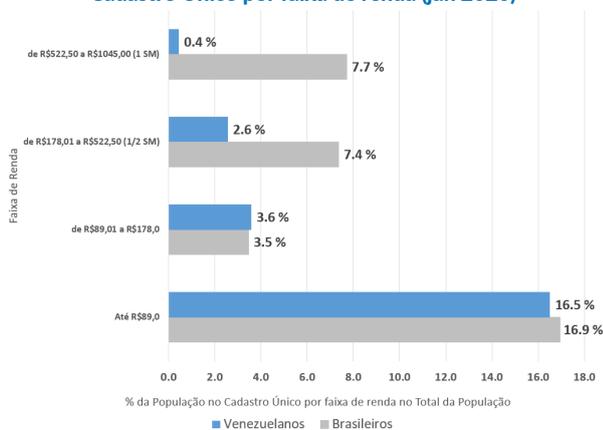
Figura 8: Total de venezuelanos beneficiários do Programa Bolsa Família por Unidade da Federação, janeiro de 2020



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania.

Os registros de inscrição no Cadastro Único mostram que a população nacional brasileira e a população venezuelana no Brasil têm proporções semelhantes de famílias extremamente pobres e pobres (Figura 9). No entanto, aproximadamente **21% dos brasileiros acessam o Bolsa Família, enquanto apenas 6,5% dos venezuelanos o fazem**. Como ambas as populações têm proporções semelhantes de famílias pobres e extremamente pobres, a diferença na taxa de utilização provavelmente se deve a outras razões que não a renda. Os motivos prováveis incluem a falta de informação, barreiras linguísticas, documentação expirada, não atendimento a outro critério de elegibilidade, ou o município atingiu o limite máximo de beneficiários.

Figura 9: Percentual da população (venezuelana e brasileira) registrada no Cadastro Único por faixa de renda (jan 2020)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania.

Outro programa de assistência social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), é um programa social separado que fornece uma renda de um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência que não possam se manter e não possam ser mantidos por suas famílias. Embora a lei brasileira não imponha barreiras legais que bloqueiem o acesso ao benefício, existem impedimentos práticos para o gozo desse direito. O acesso ao BPC, por exemplo, teve que ser endossado pelo Supremo Tribunal Federal, embora a constituição estabeleça isonomia no acesso aos direitos de nacionais e não nacionais. Em fevereiro de 2020, cerca de 4,5 milhões de pessoas no país estavam recebendo esse benefício, incluindo 309 venezuelanos. É necessária uma análise mais aprofundada para identificar as razões da reduzida taxa de participação dos venezuelanos nesses programas sociais.

RESUMO E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados relacionados ao mercado de trabalho formal e aos sistemas de educação e assistência social sugerem que o **programa de interiorização contribuiu para ampliar a integração local dos venezuelanos no país**, embora em graus variados, e **por isso, deve ser reforçado**.

Aomesmo tempo, é necessário continuar monitorando o programa de realocação e criar novas ferramentas, se necessário, para avaliar o impacto da pós-interiorização nos venezuelanos e na comunidade local. À medida que o programa atinge sua meta de 3.000 realocações por mês, pode haver uma redução da capacidade de estados, municípios e grupos da sociedade civil para absorver o crescente número de novos participantes.

Refugiados e migrantes venezuelanos estão cada vez mais entrando no mercado de trabalho formal brasileiro nas regiões sul e sudeste do país, contribuindo assim para a sua inclusão econômica e melhores perspectivas para o alcance da sua auto-suficiência. Isso também gera crescimento e receita tributária para a economia local. Além disso, à medida que mais venezuelanos são empregados formalmente, isso reduz a pressão sobre o mercado de trabalho e os programas de assistência social no estado de Roraima, que é o objetivo do programa de interiorização.

Dados sobre frequência escolar mostram que um número elevado de venezuelanos não frequenta as escolas: 58% entre as crianças de 6 a 14 e 69% entre as de 15 a 17 anos. Por outro lado, 12% das crianças brasileiras de 15 a 17 anos não frequentam a escola e o atendimento é praticamente universal entre as crianças de 6 a 14 anos. Dessa forma, as políticas, o desenvolvimento e a ação humanitária devem se concentrar no aumento das matrículas na educação, o que afeta a formação de capital humano essencial para a construção de auto-resiliência e promove meios de vida sustentáveis para as gerações futuras.

Os venezuelanos estão conseguindo acessar cada vez mais as principais redes de assistência social do país. As taxas de participação das famílias venezuelanas no Bolsa Família, embora baixas em comparação com os brasileiros, estão em uma tendência ascendente. Ainda assim, a participação dos venezuelanos no Benefício de Prestação Continuada é baixa. Os possíveis motivos para esse número reduzido podem ser devidos à falta de informação sobre os serviços disponíveis, falta de documentação ou documentação expirada, e as barreiras de idioma. É necessária uma análise mais aprofundada para compreender e mitigar melhor os motivos.

Notas de rodapé

1. Estima-se que mais de 4,5 milhões de venezuelanos tenham deixaram o seu país de origem até dezembro de 2019.
2. Em abril de 2018, o ACNUR e a Organização Internacional de Migração (OIM) criaram o Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes, um plano operacional como estratégia de coordenação para responder às necessidades dos venezuelanos em movimento e garantir sua inclusão social e econômica nas comunidades que os recebem.
3. Abrigos são moradias fornecidas tanto diretamente pelo governo federal, estadual, distrital ou municipal como pela sociedade civil.
4. Outra maneira mais comum de calcular o percentual de crianças de 15 a 17 anos fora da escola é usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) cuja estimativa é de 6,1%. Todavia, este resultado foi preterido no presente relatório porque não permitiria a comparação com a população venezuelana residente no país

Bibliografia

Bolsa Família 15 Anos (2003-2018), Org. Tiago Falcão, 531 páginas. Brasília. (ENAP, 2018).

R4V Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Disponível em:

<https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acessado em: 20 de abril de 2020.